MULTICULTURALISMO NA ATUALIDADE: O DIREITO À CULTURA E SUA EXPRESSÃO NOS DIREITOS HUMANOS

MULTICULTURALISM IN THE PRESENT TIME: THE CULTURE'S RIGHT AND ITS EXPRESSION IN THE HUMAN RIGHTS

Ingrid Freire Haas*

RESUMO

Desde meados do século XX a importância da cultura e da diversidade cultural como dimensão dos direitos humanos vem sendo reconhecida. Este artigo trata-se de uma reflexão sobre a multiculturalidade que deve ser respeitada em cada povo, cada nação.

Será analisada a cultura no processo de desenvolvimento das civilizações, bem como as diferenças étnicas e culturais presentes para demonstrar, de forma objetiva, sua influência histórica na evolução dos povos. Sucessivamente, inserem-se, as gerações dos direitos fundamentais e a evolução histórica da cultura na perspectiva dos direitos humanos, demonstrando um breve panorama sobre a internacionalização dos direitos humanos e a evolução dos direitos e garantias fundamentais, com especial destaque aos direitos culturais.

Por fim, o Multiculturalismo versus o Universalismo, debate presente no limiar do século XXI.

Palavras-chave: Direitos Culturais. Direitos Humanos. Diversidade Cultural. Multiculturalismo.

ABSTRACT

Since the middle of XX century the importance of culture and the cultural diversity as part of Human Rights is being recognized. This article intends to study the multiculturalism, which should be respect by each people, each nation.

* Mestre em Direito Público na Linha de Pesquisa de Direitos Humanos, Processos de Integração e Constitucionalização do Direito Internacional na Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Advogada. Graduada em Direito pela PUC Minas (2007) e Graduada em Letras pela UFMG (2003). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Therefore, the culture will be analyzed in civilization's development process, as well the differences that exist in each nation, to show, briefly, its historical influence in the people evolution. After that, the study will happen through a short history of the human rights generations, specifically the cultural rights. Finally, the multiculturalism's theory contrasting to universalism, present discussion in this century.

Keywords: Cultural Rights. Human Rights. Cultural Diversity. Multiculturalism.

1 INTRODUÇÃO

“Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra.”
Mahatma Gandhi

Nos últimos tempos a cultura tem sido o foco das discussões antropológicas¹ devido ao estudo de sua evolução ser essencial à compreensão da diversidade cultural da espécie humana.

Conforme Laraia (1996), o termo “cultura” foi definido pela primeira vez, no final do século XVIII, por Edward Tylor que através do termo germânico “Kultur”, que significava os aspectos espirituais de uma comunidade, com a palavra francesa “Civilization”, que significava as realizações materiais de um povo, reuniu ambos em um único vocábulo: “Culture”:

Tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (LARAIA, 1996, p.25)

A percepção sobre a cultura e a diversidade cultural advém de muito tempo. Laraia descreve que quatro séculos antes de Cristo, Confúncio, enunciou que [...] “a natureza dos

¹ A antropologia é uma ciência abstrata e permanente, que busca compreender o homem e sua evolução. “Hemos dado El paso de una antropología trascendental- como filosofía del sentido común crítico- a una antropología hermenéutica – en cuanto filosofía crítica. [...] La antropología filosófica se constituye así como El lugar dialético y mediador entre filosofía y ciencias humanas. [...] El hombre pregunta por su próprio ser. Lo cual sólo es posible porque siempre tiene un conocimiento de sí mismo y porque el hombre se caracteriza por la conciencia y la comprensión de sí propio.[...]” (CORETH, 1985, p.17)

homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados”. (LARAIA, 1996, p.10)

Para Laraia o ser humano nada mais é do que o resultado do meio cultural em que vive, onde foi socializado. Desta forma, a sociedade moderna, considerada multicultural, apresenta diferenças que precisam ser reconhecidas e respeitadas por todas as sociedades, todas as nações, todas as culturas. Os direitos humanos precisam ser aplicados efetivamente por cada povo, entretanto, muitas vezes, a diversidade cultural não permite o diálogo, a aproximação e o respeito entre os povos e as diversas culturas do mundo.

2 AS GERAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CULTURA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Neste momento visa-se discorrer sobre a evolução histórica dos direitos fundamentais, que em sua terceira geração propiciou a universalização dos chamados direitos humanos, sendo os precedentes históricos que constituem referência fundamental à compreensão da internacionalização do direito à cultura, em especial.

Como leciona Norberto Bobbio os direitos humanos nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares (quando cada Constituição incorpora Declarações de Direito), para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais. (BOBBIO apud PIOVESAN, 2008, p.110)

A teoria da indivisibilidade dos Direitos Humanos evoluiu através dos tempos, diante da constatação de que os Direitos Humanos não são apenas individuais fundamentais, mas são também, os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, que se completam e se integram; o qual seria um todo indivisível dos direitos fundamentais.

Os Direitos Humanos são sinônimos dos Direitos Fundamentais; (...) que são os direitos individuais fundamentais (relativos à liberdade, à igualdade, à propriedade, à segurança, à vida); os direitos sociais (relativos à educação, o direito ao trabalho, ao lazer, à saúde, a seguridade social, dentre outros); os direitos econômicos (relativos ao pleno emprego, ao meio ambiente e ao consumidor) e os direitos políticos fundamentais (relativos às formas de realização da soberania popular). (MAGALHÃES, 2002a, p.12)

Em um primeiro momento, em razão das Revoluções Burguesas do final do século

XVIII, a Revolução Americana, em 1776, com sua conseqüente Declaração de Independência e a Revolução Francesa, de 1789, com sua conseqüente Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, erigiu-se a 1ª dimensão de Direitos Humanos referentes aos Direitos Individuais e Políticos.

Neste contexto, surge o Estado Liberal, no qual as constituições são limitadas a organização do poder político, considerando o catálogo de Direitos Fundamentais uma limitação do poder do Estado. Todavia, não haviam disposições sobre a organização econômica ou direito econômico, pois vigorava-se o pensamento do “laissez faire laissez passer”², significando o abstencionismo do Estado no campo econômico em nome da livre concorrência e da livre iniciativa.

Em razão deste não intervencionismo, do Estado, no campo econômico, tensões sociais são formadas devido à concentração de riquezas e a exclusão social, pois o Estado Liberal tinha apenas um papel específico: os atos de polícia e a manutenção da ordem pública.

Durante o século XIX e ainda presente o Estado Liberal, observando-se que constitucionalmente os Direitos Humanos estavam limitados ao exercício dos direitos individuais e políticos, devagar, passou-se a admitir infra-constitucionalmente normas de caráter social visando a regulamentação da jornada de trabalho do menor e a previdência social. Contudo, essas mudanças não corrigiram as tensões sociais que levaram à eclosão da 1ª Guerra Mundial.

Nas palavras de Paulo Bonavides citado por José Luiz Quadros Magalhães “triunfou apenas o liberalismo, mas não a democracia”. (BONAVIDES apud MAGALHÃES, 2002a, p.43).

Neste contexto, ressalta-se a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919, pois foram os primeiros textos constitucionais que incluem ao lado dos direitos individuais e políticos, os direitos sociais e econômicos, constituindo mais um elemento na indivisibilidade dos direitos humanos, marcando o início do Estado Social.

O Estado a partir de então, passa a preocupar-se com o social. O conteúdo dos Direitos Fundamentais se amplia ainda mais. Agora, além dos direitos individuais, dos direitos políticos, que foram se afirmando nas democracias liberais, estão também consagrados os direitos sociais e econômicos nas Constituições modernas.

² A expressão francesa "laissez faire, laissez aller, laissez passer", significa literalmente "deixai fazer, deixai ir, deixar passar". A expressão refere-se a uma filosofia econômica que surgiu no século XVIII, que defendia a existência de mercado livre nas trocas comerciais internacionais, permitindo aos cidadãos o exercício da livre concorrência.

(MAGALHÃES, 2002a, p.45)

Observou-se a importância do Estado em garantir os direitos sociais mínimos para que os direitos individuais fossem garantidos.

Para Marx e Engels³, citados por Leo Huberman, (1974) o proletariado seria a classe responsável pela efetivação da transição do capitalismo para o comunismo.

Defendiam principalmente a luta pela emancipação da classe trabalhadora e pela abolição da propriedade privada burguesa, que era a base da exploração. “Somente a partir de então, o homem cada vez mais consciente, faria sua própria história. É a passagem do homem, do reino da necessidade para o reino da liberdade.” (HUBERMAN, 1974, p.245)

Com o avançar da tecnologia e com as máquinas mais eficazes, foi possível a produção em larga escala, diminuindo sensivelmente os custos por cada unidade e conseqüentemente, aumentou-se a produção e se fez necessária a divisão do trabalho. Desde 1870, houve um expressivo aumento das grandes indústrias que não deixaram espaço aos pequenos comerciantes no mercado, esmagando-os. Essas indústrias se formavam buscando monopólio e eliminando a concorrência.

Era um período de trustes⁴ nos Estados Unidos e de cartéis na Alemanha. Com isso, conforme Huberman, os grandes empresários em comum acordo e sem concorrência, dividiam o mercado para alcançar um satisfatório lucro para ambos. Assim, o mercado deixou de ser livre e os preços foram tabelados.

Huberman cita Hobson, que em 1902, foi pioneiro sobre o imperialismo, ao descrever:

O Imperialismo é a tentativa dos grandes controladores da indústria de ampliar o canal para o fluxo de sua riqueza excedente, procurando mercados estrangeiros e investimentos estrangeiros que consumam as mercadorias e o capital que não podem vender ou empregar internamente. (HOBSON apud HUBERMAN, 1974, p.263)

Cabe destacar que o monopólio introduz uma cultura uniformizadora nas nações,

³ Em 1917, as idéias de Marx foram colocadas em prática por seus discípulos, Lênin e outros bolcheviques russos. Na antiga URSS, “a terra, fábricas, minas, usinas, máquinas, bancos, ferrovias etc. deixaram de ser propriedade de particulares. Praticamente todos esses meios de produção e distribuição estão nas mãos do governo e por eles controlados.” (HUBERMAN, 1974, p.288)

Para Huberman, a diferença com o sistema capitalista, é que no socialismo as grandes questões econômicas são resolvidas pelo governo, onde, quanto, o que produzir e a quem dar, são decisões tomadas pelo governo, ao contrário do capitalismo que são decisões individuais, ou de particulares.

⁴ “O truste é qualquer forma de organização industrial, na produção e distribuição de qualquer mercadoria, que dispõe de controle bastante da oferta dessa mercadoria para modificar o preço em seu favor”. Já o termo cartel é “baseado num acordo contratual entre indústrias do mesmo ramo, que se associam com o objetivo de exercer uma influência monopolizadora no mercado.” (HUBERMAN, 1974, p. 255)

padronizando os povos e os modos de vida através do consumo de bens industrializados que instigam os desejos dos indivíduos em consumir incessantemente, moldados pelo sentimento de se sentir sujeito de bens importantes.

O imperialismo dominou o mercado internacional, evoluindo para conflitos e a consequente guerra entre as nações, a primeira guerra mundial. “Durante a Primeira Grande Guerra Mundial percebem os homens de Estado a necessidade de se criar um mecanismo encarregado de fazer valer um certo ideal de relações internacionais”. (MAGALHÃES, 2002a, p.48)

Neste momento, emerge então, a 2ª Dimensão dos Direitos Humanos no que se refere aos direitos econômicos e sociais.

Assim, em comum acordo, foi criada, pelas potências vencedoras da 1ª Guerra, a Sociedade das Nações também conhecida como Liga das Nações, em Versalhes, no ano de 1919, como uma tentativa de manter a paz entre as nações.

Importante dizer que para Flávia Piovesan (2008) é neste momento que se iniciou o processo de internacionalização dos direitos humanos com a Liga das Nações, demarcando objetivos internacionais de manutenção da paz e segurança internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assegurando padrões mínimos para as condições de trabalho; além do Direito Humanitário que visava proteger os direitos fundamentais em situação de conflito armado.

Estes institutos romperam com o conceito tradicional que demarcava o Direito Internacional apenas como lei da comunidade dos Estados, além de romperem com a noção de soberania absoluta nacional. A partir de então, sucintamente, começa a se consolidar a concepção de que os direitos humanos constituem matéria de legítimo interesse internacional.

E para Huberman, em 1929, o mundo experimenta a crise do sistema capitalista, já prevista por Marx em 1848, no “Manifesto Comunista”, pois o capitalismo visava somente o lucro, ou seja, o resultado do ganho que se almejava alcançar com a venda do mesmo.

Neste contexto, é importante dizer que em paralelo ao Estado Social Liberal, há também o surgimento de duas formas de Estado⁵ o Estado Socialista e os Estados Totalitários:

⁵ Para HUBERMAN (1974), no **Estado Socialista** há o predomínio dos direitos sociais e econômicos em detrimento dos direitos individuais, pois a intenção era preparar o indivíduo para uma sociedade comunista sem Estado e sem hierarquia. **Os Estados Totalitários**, se organizavam em razão da grave crise econômica de 1929, em termos de um discurso social, da atividade econômica voltada para a indústria bélica, sendo neste caso, um movimento anti-democrático, anti-socialista, anti-liberal, anti-comunista, anti-operário e ultra nacionalista. Enquanto na URSS havia produção para o consumo, no capitalismo havia produção para o lucro. No socialismo, o objetivo era o alcance da segurança e do bem estar da comunidade, para tanto, a URSS decidiu que seu foco seria a industrialização. Já nos países capitalistas, principalmente, Itália e Alemanha, a classe trabalhadora começa a se unir por melhorias, ameaçando o poder. O fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha foram os

Nazista e Fascista.

Estes, os Estados Fascista e Nazista foram os responsáveis pela eclosão da 2ª Guerra Mundial, cenário das grandes atrocidades contra a humanidade. Para Bernardo Novais da Mata Machado importante ressaltar, que neste contexto, especificamente em 1944, houve a Conferência de Bretton Woods⁶:

“Ainda antes do final do conflito, a Conferência de Bretton Woods (1944) estabeleceu as bases de uma nova ordem econômica mundial, amparada no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, também conhecido como Banco Mundial)”. (MATA MACHADO, 2007, p.01)

Assim, em consequência às monstruosas violações à humanidade, neste momento, dar-se-á a consolidação da internacionalização dos Direitos Humanos. Para Piovesan, a internacionalização dos Direitos Humanos surge como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. “Apresentando o Estado como o grande violador dos direitos humanos, a era Hitler foi marcada pela destruição e descartabilidade da pessoa humana, o que resultou no extermínio de onze milhões de pessoas”. (PIOVESAN, 2008, p.118)

Neste momento, constatou-se a necessidade de uma ação internacional eficaz para a proteção dos direitos humanos. Como acrescenta Magalhães:

Após a Segunda Guerra Mundial, sentiu-se a necessidade da criação de mecanismos eficazes para proteger os Direitos Humanos nos diversos Estados. Já não se podia mais admitir o Estado nos moldes liberais clássicos de não-intervenção. O Estado está definitivamente consagrado como administrador da sociedade e convém, então, aproveitar naquele momento, os laços internacionais criados no pós-guerra para que se estabeleça um núcleo fundamental de Direitos Humanos Internacionais. (MAGALHÃES, 2002a, p.50)

movimentos contra-revolucionários a fim de manter a ordem capitalista. “Três anos de governo foi o suficiente para os nazistas e fascistas esmagarem os sindicatos, confiscarem seus fundos, prenderem seus líderes.” (HUBERMAN, 1974, p.315)

⁶ As conferências de Bretton Woods, definindo o Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional, estabeleceram em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. O sistema Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes. (BRETTON...2009)

Ilustrando ainda com a terminologia de Hannah Arendt, “neste cenário, o maior direito é o direito a ter direitos, ou seja, o direito a ser sujeito de direitos.” (ARENDRT apud PIOVESAN, 2008, p.118)

Para Piovesan, neste contexto, surge a Organização das Nações Unidas (ONU) em resposta à falência do Sistema da Liga das Nações estruturando-se no novo panorama das relações internacionais com suas agências especializadas, definindo o início de uma nova ordem internacional com três objetivos centrais: 1. manter a paz e a segurança internacional, 2. fomentar a cooperação internacional nos campos econômico e social e 3. promover os direitos humanos no âmbito universal.

Na análise do Secretário-Geral da ONU: Não há **desenvolvimento** sem segurança; segurança sem **desenvolvimento** e nem tampouco segurança ou desenvolvimento sem o respeito pelos **direitos humanos**. [...] Como o único órgão do mundo de alcance universal, com mandato para enfrentar temas relacionados à segurança, ao desenvolvimento e aos direitos humanos, a ONU está à frente de um especial desafio. (PIOVESAN, 2008, p.131, destaque nosso)

Assim, entende-se que a Carta da ONU, de 1945, visa à união de esforços entre os diversos Estados a fim de se alcançar o desenvolvimento, o qual apenas se consolidará caso os objetivos acima citados forem alcançados conjuntamente.

Da mesma forma, a expansão de organizações internacionais com o propósito de cooperação internacional foi um relevante fator que contribuiu para a internacionalização dos direitos humanos, pois, a partir de então, vários organismos descentralizados se formaram, cada um focado em determinada área, para a promoção de ações para o desenvolvimento, como por exemplo: a UNESCO, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Neste momento, surge a 3ª dimensão dos direitos humanos demarcando os direitos difusos e coletivos, tendo como exemplo à proteção ao meio ambiente, à fraternidade e a solidariedade.

Necessário dizer que a Carta da ONU em seu artigo 1º, inciso III, determina seus objetivos e faz referência à cultura como um direito fundamental:

Carta da ONU, Artigo 1º Os propósitos das Nações Unidas são:
[...] III. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, **cultural**, ou

humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, **sem distinção de raça, sexo, língua, ou religião.** (destaque nosso)

Importante ressaltar que após a 2ª Guerra Mundial surge o Estado do Bem Estar Social com a implementação efetiva dos direitos sociais e econômicos, consagrando enfim, a teoria da indivisibilidade dos direitos fundamentais na evolução do Estado.

Através da Resolução 217, de sua Assembléia Geral, a ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, que visava delinear uma ordem pública mundial, fundada no respeito à dignidade humana, consagrando os valores básicos universais.

Assim, a DUDH definiu o elenco dos direitos humanos e liberdades fundamentais no âmbito global. “A universalidade dos direitos humanos traduz a ruptura com o legado nazista que condicionava a titularidade de direitos à determinada raça, a raça pura ariana”. (PIOVESAN 2008, p.137)⁷

Para Piovesan a partir da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e da concepção de direitos humanos por ela introduzida, começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos, visto o surgimento de vários tratados internacionais visando à proteção dos direitos fundamentais.

Os instrumentos internacionais de proteção demonstram, sobretudo, uma nova consciência ética, compartilhada pelos Estados, ao registrarem um consenso internacional sobre temas importantes de direitos humanos.

A Declaração marcou por ser ampla e abrangente, pois representava um conjunto de direitos necessários para qualquer ser humano se desenvolver, considerando, pela primeira vez, os direitos culturais no rol dos direitos fundamentais, afirmando sua inter-relação, indivisibilidade e interdependência.

“Além da universalidade, a Declaração de 1948 ainda introduz a **indivisibilidade dos direitos humanos**, ao ineditamente conjugar o catálogo dos direitos civis e políticos com o dos direitos econômicos, sociais e **culturais.**” (PIOVESAN, 2008, p.137, destaque nosso)

A própria DUDH, ao consagrar a interdependência e a indivisibilidade entre direitos, reconhece que direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais são igualmente

⁷ O termo “raça ariana” teve seu auge no século XIX até a metade do século XX. Este termo foi utilizado pela primeira vez pelo diplomata e escritor francês conde Arthur de Gobineu (1806-1882). Segundo Gobineu, baseado na teoria de Friedrich von Schlegel, existia um povo, os arianos, que originaram-se na Ásia Central, migrando para o sul e para o oeste, chegando à Europa e a alguns territórios que hoje estão o Afeganistão, a Índia e o Irã. Para Gobineu, todos os povos europeus de raça “pura” branca eram descendentes do antigo povo ariano, ariano – palavra que significa “nobre” – seria o ápice da civilização. Adolf Hitler retomou este conceito proposto por Gobineu para justificar sua política de extermínio dos Judeus e povos não-arianos. (HISTÓRIA..., 2009)

importantes para se garantir a dignidade humana. Conforme defende Piovesan:

Duas são as inovações introduzidas pela Declaração: a) parificar em igualdade de importância, os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, **culturais** e sociais; e b) afirmar a inter-relação, indivisibilidade e interdependência de tais direitos. Ao conjugar o valor da liberdade com o da igualdade, a Declaração introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, pela qual esses direitos passam a ser concebidos como uma unidade, interdependente e indivisível. (PIOVESAN, 2008, p.141-142, destaque nosso)

Contudo, há de se observar a ausência de força jurídica e vinculante da Declaração, entretanto, ainda que não assumisse a forma específica de tratado, era considerada direito costumeiro internacional. Mesmo assim, várias discussões surgiram a fim de se repensar a melhor forma de tornar os direitos previstos na Declaração viáveis a um reconhecimento efetivo por parte dos Estados.

Após à adoção da DUDH o mundo se dividiu em um lado socialista e outro capitalista, o que gerou visões opostas de direitos. Esta divisão gerou o lado dos Liberais que protegiam a auto-aplicabilidade dos direitos civis e políticos, considerando os direitos econômicos, sociais e culturais progressivos e os Socialistas, na visão contrária, defendiam os direitos econômicos, sociais e culturais como auto-aplicáveis.

O mundo permaneceu dividido até o término da Guerra Fria e foi uma das causas pelas quais a ONU preferiu adotar dois Pactos Internacionais de Direitos Humanos⁸: O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais (PIDESC), ambos em 1966.

Grandes foram as discussões devido a adoção de um pacto sobre direitos civis e políticos separado de um pacto sobre direitos sociais, econômicos e culturais. De qualquer forma, ambos foram adotados conjuntamente pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1966, reconhecendo, internacionalmente, novos direitos.

Assim, a Carta das Nações Unidas, aprovou o Estatuto da Comissão de Direitos Humanos a fim de exercer a função de promoção e proteção da dignidade humana, como descreve Comparato:

⁸ “Os Direitos Civis e Políticos devem ser assegurados de plano pelo Estado, sem escusa ou demora, têm a chamada auto-aplicabilidade. Os direitos Sociais, Econômicos e Culturais, por sua vez, nos termos em que estão concebidos pelo Pacto, apresentam realização progressiva, vale dizer, são direitos que estão condicionados à atuação do Estado, que deve adotar medidas econômicas e técnicas, isoladamente e por meio da assistência e cooperação internacionais, até o máximo de seus recursos disponíveis, com vistas a alcançar progressivamente a completa realização dos direitos previstos pelo Pacto”. (PIOVESAN, 2003, p.175)

Na qualidade de órgão promotor dos direitos humanos, a comissão encarrega-se de elaborar o anteprojeto de declarações e tratados internacionais relativos a esses direitos. Assim foi com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e com os dois Pactos Internacionais de 1966, aprovados pela Assembléia Geral, o primeiro sobre direitos civis e políticos, o segundo sobre direitos econômicos, sociais e culturais. (COMPARATO, 1999, p.213)

Em seguida, no ano de 1968, houve a I Conferência Mundial dos Direitos Humanos na cidade de Teerã, num contexto refletindo a bipolarização da guerra fria, reafirmou a noção de universalidade dos direitos humanos e considerou-os indivisíveis.

Da mesma forma, a “International Bill of Rights”⁹ constituiu o marco do processo de proteção internacional dos direitos humanos. Após esta Carta expandiram o número de declarações e convenções elaboradas, tanto sobre novos direitos que estavam sendo demarcados quanto sobre determinadas violações. Para Bobbio, este processo caracterizou-se por uma “multiplicação de direitos”. (BOBBIO apud PIOVESAN, 2008, p.184)

Firma-se então, internacionalmente, dois sistemas coexistentes: um geral e outro especial de proteção dos direitos humanos, que se revelam complementares na medida em que o sistema especial de proteção é voltado à prevenção do preconceito e da discriminação de pessoas ou grupo de pessoas vulneráveis, enquanto o sistema geral se encarrega de proteger aos demais.

Esta nova visão mundial que universalizou os direitos humanos só foi possível devido aos diversos problemas que surgiram em decorrência da fome, da miséria, o extermínio de diversas etnias e grupos humanos, dentre outros.

Assim, em 1993, uma grande quantidade de instrumentos, no âmbito internacional de proteção, se consolidou, tanto instrumentos globais quanto regionais. Neste contexto, realizou-se a 2ª Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena.

A Declaração de Viena de 1993, baseada na noção de direito ao desenvolvimento, constitui uma síntese de todos os direitos humanos, incluindo os direitos culturais, na qual, determina: Parágrafo 2º “[...] todos os povos têm direito à autodeterminação. Por força desse direito, escolhem livremente o seu sistema político e prosseguem o seu desenvolvimento

⁹ “A partir da elaboração dos Pactos dos Direitos Civis e Políticos e dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, se forma a Carta Internacional dos Direitos Humanos, “International Bill of Rights”, integrada pela Declaração Universal de 1948 e pelos dois pactos de 1966. [...] Os direitos enumerados nessa Carta Internacional podem ser concebidos como direitos que refletem uma visão moral da natureza humana, ao compreender os seres humanos como indivíduos autônomos e iguais, que merecem igual consideração e respeito.” (PIOVESAN, 2008, p.158)

econômico, social e cultural”.

Declaração de Viena, Parágrafo 5º: Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente, de maneira justa e equânime, com os mesmos parâmetros e com a mesma ênfase. As particularidades nacionais e regionais e bases históricas, culturais e religiosas devem ser consideradas, mas é obrigação dos Estados, independentemente de seu sistema político, econômico e cultural, promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. (PIOVESAN, 2008, p. 151)

Enquanto o documento de Teerã representou à fase legislativa, a Conferência de Viena buscou dar efetividade aos inúmeros instrumentos normativos internacionais, pois o artigo 8º da Declaração de Viena indica como princípio a interdependência entre desenvolvimento, democracia e respeito aos direitos humanos¹⁰.

Declaração de Viena, Artigo 8º: A democracia, o desenvolvimento e o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais são interdependentes e reforçam-se mutuamente. A democracia assenta no desejo livremente expresso de um povo em determinar os seus sistemas político, econômico, social, e cultural e a sua total participação em todos os aspectos da sua vida. Neste contexto, a promoção e a proteção dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais, a nível nacional e internacional, deverão revestir-se de caráter universal e ser conduzidas sem quaisquer condições implícitas. A comunidade internacional deverá apoiar o reforço e a promoção da democracia, do desenvolvimento e do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais em todo o mundo.

Por parte dos participantes, houve dificuldade na aprovação consensual do documento final da Declaração de Viena, visto o multiculturalismo presente no mundo globalizado. Haviam duas posições conflitantes¹¹: uma “Universalista” e outra “Relativista ou Culturalista”.

Os “Universalistas” consideravam a universalidade dos direitos humanos e a sua devida preponderância sobre o princípio da soberania nacional. Os “Relativistas ou

¹⁰ Neste sentido ver TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Memória da Conferência Mundial de Direitos Humanos**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos n. 80. UFMG, 1995.

¹¹ Neste sentido ver Valério de Oliveira Mazzuoli (2009). Os “Universalistas” basicamente eram considerados os países desenvolvidos, como por exemplo: Estados Unidos, União Européia e Japão; e os “Relativistas ou Culturalistas”, eram os países em desenvolvimento, China, países africanos, árabes, asiáticos e alguns latino-americanos.

Culturalistas”, por sua vez, alegavam que os direitos humanos deveriam ter uma abrangência parcial ou relativa conforme os diferentes níveis de desenvolvimento econômico, bem como as diversas tradições culturais que pertencem a cada sociedade.

Afirmavam que a posição dos “Universalistas” correspondia a uma imposição Ocidental de seus valores, enquanto estes acusavam os “Relativistas” de se justificarem na tradição cultural ou na soberania nacional para encobrir as práticas violadoras dos Direitos Humanos.

Entende-se que cada cultura, em determinada sociedade, possui sua própria história, constituída de valores desenvolvidos na convivência social, os quais caracterizam a diversidade dos povos. Entretanto, não se pode alegar a defesa de determinada cultura, em detrimento dos direitos humanos, mesmo que esta consagre a memória e a tradição de um povo; por isso, a adoção de expressões na DUDH, como o Artigo 2º: “todas as pessoas tem direito à vida e à liberdade”, bem como o Artigo 5º que afirma: “ninguém poderá ser submetido à tortura.”

Exemplificando, “caberia mencionar a prática da clitorectomia e da mutilação feminina por muitas sociedades da cultura não ocidental”. (PIOVESAN, 2008, p.148) Ainda a mesma autora descreve:

Na percepção de Jack Donnelly: Nós não podemos passivamente assistir a atos de tortura, desaparecimento, detenção e prisão arbitrária, racismo, anti-semitismo, repressão a sindicatos e Igrejas, miséria, analfabetismo e doenças em nome da **diversidade ou respeito a tradições culturais**. Nenhuma dessas práticas merece nosso respeito ainda que seja considerada uma tradição. (DONNELLY apud PIOVESAN, 2008, p.149, destaque nosso)

Para Pearson Nherere¹², co-autor em GINTHER (1995), tortura, estupro, racismo, anti-semitismo, prisão arbitrária, limpeza étnica e desaparecimentos politicamente motivados, não podem ser justificados por nenhuma cultura ou crença ou demandas de crescimento econômico ou expedições políticas.

Importante dizer que o Relatório para o Desenvolvimento Humano, (PNUD), de 2004, demonstra a dificuldade no reconhecimento do direito à cultura como parte integrante dos direitos humanos.

¹² Pearson Nherere: “Torture, rape, racism, anti-semitism, arbitrary detention, ethnic cleansing and politically motivated disappearances – none of these is tolerated by any faith, creed or culture that respects humanity. Nor can be justified by the demands of economic development or political expediency”. (GINTHER, 1995, p.297)

1. Os direitos culturais podem provocar argumentos sobre o relativismo cultural, argumentos que usam a cultura para defender as violações dos direitos humanos. **2. Os direitos culturais** são difíceis de operacionalizar pois estão ligados ao conceito de cultura que é um alvo móvel. **3. Os direitos culturais** segundo alguns, são um “luxo”, que deve ser tratado depois de realizados os outros direitos. **4. Os direitos culturais** não podem ser enfrentados sem confrontar os “males” culturais que existem nas sociedades. Esses males são tradições e práticas que violam os direitos humanos. Os Estados são cautelosos em relação ao reconhecimento desses males. **5. Os direitos culturais** evocam o espectro alarmante das identidades de grupo e dos direitos de grupo, que algumas pessoas temem que ameacem o estado-nação. (ONU, 2004a, p.28, destaque nosso)

Dentre as cinco espécies de direitos humanos: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, os últimos foram os que receberam menos destaque ao longo dos anos. Entretanto, aos poucos foi se percebendo a importância substancial desse direito como princípio fundamental na indivisibilidade dos direitos humanos.

Da mesma forma, dentre as dificuldades em se reconhecer os direitos culturais, está o reconhecimento de grupos que na prática não utilizam-se da democracia, ou seja, restringem a liberdade cultural de seus membros.

As exigências de continuação das práticas tradicionais, como hierarquias de castas na sociedade hindu, podem refletir os interesses do grupo dominante na intenção de preservar fontes tradicionais de poder e autoridade. [...] Ao legitimar essas reivindicações poderia correr-se o risco de consolidar práticas antidemocráticas em nome da “tradição” e da “autenticidade”. **Responder a estes tipos de reivindicações políticas é um desafio contínuo.** (ONU, 2004a, p.47, destaque nosso)

Neste contexto, fim do século XX com a era tecnológica, surge a 4ª dimensão dos Direitos Fundamentais (a partir de agora considerados também os Direitos Humanos) como um desdobramento da 3ª geração mesmo que esta não tenha sido ainda consolidada.

A 4ª geração¹³ advém de uma globalização política na esfera da normatividade jurídica. São os direitos à democracia, ao pluralismo e à informação, ancorados na idéia de uma globalização política.

¹³ Neste sentido ver BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2006.

3 A CULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS CIVILIZAÇÕES

Importante mencionar o polêmico pensamento de Samuel Huntington, que em 1993, publicou na revista *Foreign Affairs* um artigo titulado “O Choque de Civilizações?” afirmando que “(...) os choques das civilizações são a maior ameaça à paz mundial, e uma ordem internacional baseada nas civilizações é a melhor salvaguarda contra a guerra mundial.” (HUNTINGTON, 1997, p.12)

Vários debates acerca deste artigo emergiram, foram mais que qualquer outro publicado pela revista desde a década de 40. As críticas vieram de todos os continentes e de vários países argumentando os dizeres de Huntington de que “a dimensão central e mais perigosa da política mundial que estava emergindo seria o conflito entre grupos de civilizações diferentes.” (HUNTINGTON, 1997, p.11)

Diante das controvérsias, Huntington, em 1996, escreveu um livro “O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial” a fim de apresentar uma resposta mais ampla às diversas questões suscitadas. O livro se inicia com os seguintes dizeres:

Nos anos que se seguiram à Guerra Fria, constatou-se o começo de mudanças espetaculares nas **identidades dos povos**, nos símbolos dessas identidades e, conseqüentemente, na política mundial. (...) no mundo pós Guerra Fria, as bandeiras são importantes e o mesmo ocorre com outros símbolos de identidade cultural, incluindo cruces, luas crescentes e até mesmo coberturas de cabeça, porque a **identidade cultural é o que há de mais significativo para a maioria das pessoas**. (HUNTINGTON, 1997, p.18, destaque nosso).

A principal idéia de Huntington é de que a cultura e as identidades culturais são as identidades das próprias civilizações e são elas que ordenam e padronizam as tensões, os conflitos, as semelhanças, a coesão e a desintegração no mundo pós-guerra fria.

Huntington relata que neste momento, “pela primeira vez na história, a política mundial se tornou multipolar e multicivilizacional” (HUNTINGTON, 1997, p.19). A crescente modernização econômica do Oriente diminuiu a influência do Ocidente, desestabilizando o até então equilíbrio de poder dos ocidentais.

E descreve ainda que a sobrevivência do Ocidente apenas se daria com a reafirmação norte-americana de sua identidade ocidental, além de aceitarem que “sua civilização é singular e não universal”. (HUNTINGTON, 1997, p.19)

Huntington ressalta que “os inimigos são essenciais para os povos que estão buscando

sua identidade e reinventando sua etnia.” (HUNTINGTON, 1997, p.18)

No mundo pós Guerra Fria, **as distinções mais importantes entre os povos** não são ideológicas, políticas ou econômicas, elas **são culturais**. Nós só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, muitas vezes, quando sabemos contra quem estamos. (HUNTINGTON, 1997, p.20, destaque nosso)

As sociedades não Ocidentais, por exemplo, na Ásia Oriental, estão desenvolvendo sua riqueza econômica e poderio militar, buscando aumentar seu poder e auto-confiança. Desta forma, identificam suas próprias tradições e valores culturais para revidar os impostos pelo Ocidente.

Huntington esclarece que os países que possuem afinidades culturais cooperam em termos econômicos e políticos. Os povos separados pela ideologia, mas unidos por valores culturais se unem, como fizeram as duas Alemanhas. Para Huntington, as Organizações Internacionais baseadas em Estados com aspectos culturais comuns, tais como a União Européia, têm muito mais êxito do que as que tentam sobrepor suas culturas.

Em 2004, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD)¹⁴, descreve sobre este argumento de Huntington, dizendo que, em 1960, Gana e Coreia do Sul apresentavam dados econômicos semelhantes. Entretanto, 30 anos mais tarde, 1990, a Coreia do Sul tinha se tornado um gigante industrial, “com a décima quarta maior economia do mundo, empresas multinacionais, exportações de automóveis, equipamento eletrônico e outros produtos sofisticados” enquanto o rendimento per capita de Gana não passava de um quinto do da Coreia do Sul. “Os sul-coreanos valorizavam a poupança, o investimento, muito trabalho, a educação, a organização e a disciplina, enquanto os ganeses tinham valores diferentes. Em suma, as culturas contam”. (ONU, 2004a, p.1)

Desta forma, os conflitos locais que têm maior probabilidade de se transformarem em guerras são os que existem entre Estados de civilizações, diferentes.

Entretanto, o PNUD, Relatório para o Desenvolvimento Humano, da mesma forma que descreve uma preocupação com o pensamento de Huntington, faz uma crítica do mesmo, com o seguinte argumento:

¹⁴ O PNUD é um programa criado pela ONU com o objeto de combater a pobreza no mundo, o PNUD conecta países a conhecimentos, experiências e recursos, ajudando pessoas a construir uma vida digna e trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros para fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso a seus recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros. (ONU, 2004a)

As categorias civilizacionais estão longe de ser bem definidas e a história simulada que acompanha a tese do **choque das civilizações exagera** esses contrastes, em parte **negligenciando as heterogeneidades dentro de cada cultura** e também **ignorando interações históricas** entre as diferentes culturas. (ONU, 2004a, p. 21, destaque nosso)

Primeiramente, o Relatório argumenta que as diferenças culturais ou de valores não são a principal causa do conflito. Estudos recentes dão outras duas explicações que seriam “a cobiça e as desigualdades horizontais”, pois reivindicações sejam elas culturais, sociais, políticas ou econômicas podem gerar conflitos que podem se transformar em violência. Neste pensamento, o Relatório descreve:

A luta pelo controle de recursos naturais valiosos, como o petróleo ou os diamantes pode estar no centro da guerra étnica, como na Libéria, Serra Leoa e Sudão. O que muitas vezes parece ser um conflito étnico, pode ser simplesmente uma apropriação de recursos por grupos de elite que manipularam lealdades étnicas. O declínio do desempenho econômico e elevados níveis de pobreza são outros incitamentos importantes à guerra, como na Serra Leoa e Somália. Por trás de muitos outros conflitos estão **desigualdades entre grupos étnicos, religiosos e lingüísticos** (desigualdades horizontais). (ONU, 2004a, p. 41, destaque nosso)

O Relatório acrescenta que há a tentativa de muitos Estados em construir um nação homogênea, eliminando as diferenças culturais. Entretanto, estas tentativas podem aumentar as tensões na sociedade, gerando conflitos violentos, tornando-se verdadeiros ataques ao desenvolvimento humano, e a própria natureza da sociedade humana que é diversa.

Criar um ambiente em que prosperem múltiplas identidades não é tarefa fácil. Começa com o encorajamento da **liberdade cultural** e da igualdade entre grupos nas oportunidades culturais, políticas e sócio-econômicas. [...] A principal **esperança de harmonia** reside na **promoção das nossas múltiplas identidades**. (ONU, 2004a, p. 43, destaque nosso)

Mister se faz ressaltar sobre as definições de civilização¹⁵. Para Huntington, uma

¹⁵ Huntington expõe ainda a diferença entre os conceitos de civilização, no singular, e civilizações, no plural. O conceito de civilização, foi desenvolvida pelos franceses do século XVIII, em oposição ao que significava barbarismo. Ser civilizado era sinônimo de bom, uma sociedade civilizada passou a significar uma sociedade diferente da primitiva, pois era já estabelecida, urbana e alfabetizada. Ao mesmo tempo, cada vez mais se passou a falar em civilizações, no plural. “Em suma, a civilização, no singular, perdeu um pouco o encanto, pois

civilização é como se fosse uma entidade cultural mais ampla. Uma civilização pode abranger várias aldeias, tribos, grupos étnicos diferentes; por exemplo: a cultura do norte do Brasil é diferente da cultura do sul que também se difere do sudeste, etc.; mas todas se identificam e compartilham de uma mesma cultura brasileira. As comunidades européias, por sua vez, compartilham aspectos culturais que se diferenciam das comunidades chinesas. Assim, para Huntington, os Ocidentais, os Hindus e os Chineses, não constituem entidades culturais, mas sim, civilizações.

Huntington esclarece: “Uma civilização é assim o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm aquém daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies.” (HUNTINGTON, 1997, p.47;48)

As civilizações não possuem uma característica definida, não possuem fronteiras, nem especificidades concretas, pois os povos, bem como os seres humanos, na sua individualidade, possuem várias identidades culturais¹⁶.

Exemplificando, uma mulher pode ser ao mesmo tempo brasileira, negra, intelectual, homossexual e católica. Ela possui e convive então com a identidade de ser mulher, brasileira, negra, intelectual, etc. Da mesma forma, um morador de Roma pode se definir como um romano, um italiano, um europeu, um cristão, um católico e ainda, um ocidental.

É necessário dizer sobre o entendimento de Anthony Appiah que considerou a existência de “novas tiranias”, consideradas as identidades que muitas vezes podem gerar um racismo intrínseco, sendo “um imperialismo da identidade”.

Para controlar este **imperialismo da identidade**, um imperialismo tão visível nas identidades raciais como em tudo mais, é crucial lembrarmos sempre de que não somos simplesmente pretos, brancos, amarelos, castanhos, gays, heterossexuais, bissexuais, judeus, cristãos, muçulmanos, budistas, confucionistas, mas também irmãos e irmãs, pais e filhos, liberais, conservadores e esquerdistas, professores e advogados, leitores de histórias de mistério, amigos e amantes. [...] **A identidade racial pode ser a base da resistência ao racismo**, e embora tenhamos feito grandes progressos, ainda temos muito caminho a percorrer. Mas não deixemos que as nossas identidades raciais nos sujeitem a **novas tiranias**. (ANTHONY

cada uma das civilizações era civilizada à sua própria maneira, ou seja, poderia na realidade ser não-civilizada no sentido singular.” (HUNTINGTON, 1997, p.45)

¹⁶ Cada indivíduo pode identificar-se com identidades diferentes, conforme o Relatório para o Desenvolvimento Humano: “uma pessoa pode ter uma identidade de cidadania, (exemplo: ser francesa); de sexo (ser mulher); de raça (ser de origem chinesa) ; de religião (ser budista) ; de política (ter idéias de esquerda) ; de origem regional (ser da Tailândia) ; de língua (ser fluente em Tailandês, inglês, francês e chinês) ; de localização (ser residente em Paris); de profissão (ser advogado); de gosto musical (gostar de rock) ; preferência literária (gostar de romances policiais) ; de hábitos alimentares (ser vegetariana)” . (ONU, 2004a, p.17)

APPIAH apud ONU, 2004a, p. 3, destaque nosso)

Appiah complementa ainda no Relatório do PNUD, que a desproporção de poder entre governante e governado, quando combinada com discriminações ou preconceitos culturais, pode ter como consequência um governo fracassado.

As civilizações mudam com o tempo, suas culturas, seus povos, se interagem, se superpõem, se assemelham, se diferem, enfim, são mutáveis e mortais. Bem como a cultura, a identidade e a diversidade cultural. Sobre essa mutação da sociedade, Bozeman conclui que:

A história internacional documenta com acerto a tese de que os sistemas políticos são expedientes transitórios na superfície da civilização e de que o destino de cada comunidade unificada lingüística e moralmente depende, da sobrevivência de certas idéias fundamentais de estruturação, em torno das quais gerações sucessivas se congregam e que assim simbolizam a continuidade da sociedade. (BOZEMAN apud HUNTINGTON, 1997, p.48; 49)

Durante séculos, as idéias e a tecnologia passaram de civilização para civilização. Os contatos mais significativos se deram quando povos de uma civilização conquistaram ou eliminaram os outros. Normalmente, esses contatos foram breves, porém, violentos.

Entre os séculos XI e XII, a cultura européia começou a se desenvolver num processo amplo e contínuo, até mesmo, avassalador dominando o mediterrâneo. “Por volta de 1500, o Renascimento da cultura européia estava bem adiantado e o pluralismo social, a expansão do comércio e as realizações tecnológicas proporcionavam a base para uma nova era na política mundial.” (HUNTINGTON, 1997, p.57).

A expansão ocidental teve a tecnologia como seu principal agente: a invenção dos transportes de navegação para atingir povos distantes além do desenvolvimento da capacidade militar para a conquista desses povos. “O Ocidente conquistou o mundo não pela superioridade de suas idéias, valores ou religião, mas sim por sua superioridade em aplicar a violência organizada.” (HUNTINGTON, 1997, p.59)

Assim, muito se perdeu no processo histórico dos povos, culturas foram massacradas, povos divididos, raças se extinguíram. Contudo, a modernização atual não pode mais ser considerada como ocidentalização, pois hoje as sociedades se modernizam atentas a não abrir mão de suas próprias culturas. Pelo contrário, a modernização, ou a própria globalização, faz com que os povos valorizem suas culturas internas, diminuindo o poder relativo do ocidente.

4 UNIVERSALISMO X MULTICULTURALISMO

Importante ressaltar a visão particular de Boaventura de Souza Santos (1997) que entende que a política dos direitos humanos pós Segunda Guerra Mundial foi uma política a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos; e descreve como exemplo, a não participação da maioria dos povos do mundo na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Santos possui uma visão particular do que seria “universal”. Para ele, a universalidade é uma questão específica da cultura ocidental¹⁷ e afirma que “os direitos humanos só poderão desenvolver o seu potencial emancipatório se se libertarem do seu falso universalismo e se tornarem verdadeiramente multiculturais”. (SANTOS, 1997, p.11)

Embora haja a resistência de alguns Estados e questionamentos de alguns autores como Boaventura Santos, acima, a maior parte acredita na universalidade dos direitos humanos, como descreveu Cançado Trindade: “Compreendeu-se finalmente, que a universalidade é enriquecida pela diversidade cultural, a qual jamais pode ser invocada para justificar a denegação ou violação dos direitos humanos.” (TRINDADE apud PIOVESAN, 2008, p.152)

Acredita-se que deve haver um efetivo diálogo entre as culturas, respeitando-se a diversidade e a individualidade de cada ser humano, como um ser pleno de dignidade e direitos. Desta forma se dará uma fiel celebração de uma cultura dos direitos humanos. Como afirma Boaventura Santos:

Para Boaventura: os direitos humanos têm que ser reconceptualizados como **multiculturais**. O multiculturalismo [...] é pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência **global** e a legitimidade **local**, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo. Prossegue o autor defendendo a necessidade de superar o debate sobre universalismo e relativismo cultural, a partir da transformação cosmopolita dos direitos humanos. Na medida em que **todas as culturas possuem concepções distintas de dignidade humana**, mas são incompletas; haver-se-ia que aumentar a consciência dessas incompletudes culturais mútuas, como pressuposto para um **diálogo**

¹⁷ “Paradoxalmente – e contrariando o discurso hegemônico - é precisamente no campo dos direitos humanos que a cultura ocidental tem de aprender com o Sul para que a falsa universalidade atribuída aos direitos humanos no contexto imperial seja convertida, na translocalidade do cosmopolitismo, num diálogo intercultural.” (SANTOS, 1997, p.29)

intercultural. A **construção** de uma **concepção multicultural dos direitos humanos** decorreria desse **diálogo intercultural**. (SANTOS apud PIOVESAN, 2008, p. 153-154, destaque nosso)

Desta forma, faz-se necessário promover o reconhecimento efetivo dessas diferentes culturas a fim de se viabilizar a interdependência entre democracia, desenvolvimento e respeito aos direitos humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste novo século que se inicia, um dos desafios é o reconhecimento efetivo e a garantia do respeito à diversidade cultural, pois as tensões étnicas inviabilizam uma cultura de segurança e paz. Uma premissa deve-se fazer reconhecer: não há hierarquia entre as culturas, mas sim culturas diversas. O reconhecimento da diversidade significa um novo panorama das relações internacionais, a construção de um desenvolvimento humano sustentável, sob o ponto de vista econômico, social, político e ambiental.

Assim, este artigo pretendeu apenas levantar questões sobre o multiculturalismo, por ser um assunto complexo, diante da ampla pluralidade de culturas, dinâmico, visto à sociedade humana em constante mutação e pioneiro, pois pouco ainda se discute a cultura e sua amplitude no Brasil e no mundo. Desta forma, fundamental é a realização de vários estudos, em diversos níveis, incluindo o acadêmico, que possam contribuir para edificar um embasamento teórico necessário para o reconhecimento efetivo da cultura como direito humano fundamental pelos diversos Estados e Organismos Internacionais - em âmbito global - e os indivíduos e demais entidades da sociedade civil - em âmbito local.

Por fim, uma das grandes discussões do direito internacional, atualmente, é a necessidade de garantir os direitos humanos a todas as nações e povos, consagrando-os universais diante das diversas e distintas culturas do mundo, as quais muitas vezes ainda descumprem os vários instrumentos normativos de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Editora Paz e Terra. 2000.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BRETTON Woods. Wikipédia. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_de_Bretton_Woods . Acesso em 20/10/2009.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. 1. ed. São Paulo. Perseu Abramo, 2006.
- COMPARATO, Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo:Saraiva, 1999.
- GINTHER, Konrad, Erik Denters and Paul Waart. **Sustainable Development and Good Governance**. Martinus Nijhoff Publishers, Dordrecht/Boston/London, 1995.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HISTÓRIA DO MUNDO, **Artigos de História: Raça Ariana**. Disponível em <http://www.historiadomundo.com.br/artigos/raca-ariana/> Acesso em 15/06/2009)
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, RJ, 1974.
- HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Tradução M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.
- MATA MACHADO, Bernardo Novais da. **Direitos Culturais e Direitos Humanos**. 2007. Disponível em <http://www.direitocultural.adv.br/admin/ArquivosConteudo/96.pdf> Acesso em: 20/08/09.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros. **Direito Constitucional. Tomo I**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002a.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional. Tomo II**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002b.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 3º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. 1945.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **I Conferência Mundial de Direitos**

Humanos, Teerã, 1968.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **II Conferência Mundial de Direitos Humanos**, Viena, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano: Liberdade cultural num mundo diversificado**. Lisboa, Portugal, 2004a. Tradução: José Freitas e Silva. Disponível em http://www.hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_chapter_2.pdf. Acesso em 15/07/2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD): “Indústrias Criativas e Desenvolvimento”**, 2004b. Consenso de São Paulo. Disponível em <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=6489> .Acesso em 17/08/2009)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - BRASIL**. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em 15/07/2009.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Faculdade de Economia de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais. Número 48. Junho, 1997. Pág.11-32.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Teoria do Estado: Introdução**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2004, 388p.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Memória da Conferência Mundial de Direitos Humanos**, Viena, 1993. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos n. 80: Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 3Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VOLPINI, Carla. WANDERLEY, Bruno Jr. **“A Cultura com dimensão dos Direitos Humanos”** In: XVI Conpedi, 2007. Belo Horizonte. XVI Congresso Nacional. Florianópolis Buateux. 2007. p.1-12

YÚDICE, George. **“Conveniência da Cultura – usos da cultura na esfera global”** Editora: UFMG, Belo Horizonte, 2004.